



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Este Termo de Referência atende os preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decretos 2.893/2021 e 3.067/2022, e Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, subordinado as condições e exigências estabelecidas no ETP e neste instrumento.

### **1.DO OBJETO**

**1.1. Aquisição de medicamentos para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.**

### **2.DESCRICÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** Considerando que não há licitação vigente para estes itens, já que as atas de registro de preços, proveniente do pregão eletrônico 284/2022 e 368/2022 encerraram e do pregão 102/2023 vai encerrar em abril/2024, sendo assim, se faz necessário a promoção de um novo processo para a aquisição dos medicamentos referenciados.

**2.2.** Considerando que os medicamentos são para o cumprimento das ações judiciais, evitando assim sequestro de valores.

### **3. JUSTIFICATIVA:**

**3.1.** Justifica a necessidade de cumprir ordem judicial que condenou o município de Palhoça a adquirir e fornecer medicamentos pleiteados judicialmente. Uma vez que a ordem judicial tem caráter imperativo e impõe penalidades em caso de descumprimento, faz-se necessário a compra dos medicamentos para fazer valer a decisão judicial e impedir prejuízos ao erário municipal em razão das sanções que podem ser impostas tais como: responsabilização de autoridades municipais nas esferas civil e administrativa, bem como sequestro de numerário dos cofres municipais suficiente para o cumprimento da decisão e improbidade administrativa, além de multas pessoais na pessoa do Secretário de Saúde.

A licitação proporciona um processo competitivo, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos para a aquisição de medicamentos, o que contribui para a eficiência na utilização dos recursos públicos, reforça os princípios de transparência e legalidade na administração pública, demonstrando o comprometimento em seguir procedimentos formais e garantir a igualdade de oportunidades aos participantes.

### **4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**4.1.** Os créditos necessários ao atendimento das despesas da presente licitação correrão à conta de recursos da Secretaria Municipal de Saúde pelos elementos reduzidos: 394 e 396.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**5.1.** Os medicamentos a serem adquiridos e respectivas quantidades, foram estimados de acordo com o Formalização de Demanda elaborado pela Superintendente de Assistência Farmacêutica deste Município.

## 6. ITENS, DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E VALORES

**6.1.** As características, especificações, e o quantitativos estimados para os itens da contratação pretendida é o abaixo indicado.

| Item | Qtde | Unid.      | Medicamento  | Valor Unitário |
|------|------|------------|--|----------------|
| 1    | 600  | Comprimido | Alprazolam 1mg   | R\$ 0,8884     |
| 2    | 500  | Comprimido | Aripiprazol 15mg   | R\$ 9,2517     |
| 3    | 20   | Frasco     | Alphagan 0,2% solução oftálmica, frasco com 5mL (tem que ser o medicamento dereferência) | R\$ 71,1800    |
| 4    | 1000 | Comprimido | Buspirona 10 mg, caixa com 20 comp. ou 60 comp.  | R\$ 1,9182     |
| 5    | 15   | Frasco     | Cosopt c/5mL (tem que ser o medicamento referência)                                      | R\$ 99,2800    |
| 6    | 50   | Caixa      | Clobazam 10mg, cx com 20cp   | R\$ 10,4800    |
| 7    | 15   | Tubo       | Colagenase associada com cloranfenicol 0,6UI+ 1%, pomada, bisnaga com 30 gramas          | R\$ 44,1167    |
| 8    | 1000 | Comprimido | Darifenacina, bromidrato 15mg  | R\$ 7,5161     |
| 9    | 1000 | Comprimido | Dabigatrana, Etexilato 150mg   | R\$ 3,8127     |
| 10   | 1000 | Comprimido | Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg  | R\$ 1,8369     |
| 11   | 40   | Frasco     | Duovent N, aerossol com 200 doses  | R\$ 13,2100    |
| 12   | 15   | Frasco     | Estradiol hemi-hidratado, 1mg, gel frasco com 50g  | R\$ 52,9000    |
| 13   | 600  | Comprimido | Fexofenadina, cloridrato 180mg   | R\$ 4,4765     |
| 14   | 120  | Caixa      | Frisium 10mg, cx com 20cp (tem que ser medicamento de referência)                        | R\$ 13,1600    |
| 15   | 100  | Caixa      | Frisium 20mg, cx com 20cp (tem que ser medicamento de referência)                        | R\$ 24,6300    |





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

|    |      |              |   |                     |
|----|------|--------------|---|---------------------|
| 16 | 200  | Refil        | Insulina Tresiba, 1 sistemas de aplicação preenchido com 3 mL equivalente a 300 U ou refil. | <b>R\$ 127,7800</b> |
| 17 | 300  | Refil/caneta | Insulina Humalog Mix 25 100UI/ML, refil com 3mL   | <b>R\$ 44,4100</b>  |
| 18 | 100  | Refil        | Insulina glargina 100 UI/ml refil 3mL (Apenas marca Lantus)                                 | <b>R\$ 68,3600</b>  |
| 19 | 400  | Refil        | Insulina glargina 100 UI/ml refil 3mL   | <b>R\$ 48,6550</b>  |
| 20 | 400  | Refil        | Insulina lispro refil 3mL (Apenas marca Humalog)  | <b>R\$ 34,7200</b>  |
| 21 | 60   | Frasco       | Ibuprofeno 100 mg c/20mL (genérico ou similar equivalente)                                  | <b>R\$ 17,2033</b>  |
| 22 | 1000 | Comprimido   | Levomepromazina 25mg  | <b>R\$ 2,0480</b>   |
| 23 | 15   | Frasco       | Latanoprost + maleato de timolol 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml                                   | <b>R\$ 126,0675</b> |
| 24 | 15   | Frasco       | Latanoprost 50mcg sol. Oftálmica 2,5ml  | <b>R\$ 99,5575</b>  |
| 25 | 7000 | Comprimido   | Micofenolato de Mofetila 500mg, Entregar em caixa com 50 comp.                              | <b>R\$ 13,1977</b>  |
| 26 | 60   | Caixa        | Potássio, cloreto 600 mg (Slow-K), cx com 20cp  | <b>R\$ 10,8800</b>  |
| 27 | 2000 | Comprimido   | Paroxetina 20mg   | <b>R\$ 2,7769</b>   |
| 28 | 1000 | Cápsulas     | Pregabalina 75 mg   | <b>R\$ 2,7884</b>   |
| 29 | 120  | Frasco       | Spiriva respimat, frasco com 60 doses   | <b>R\$ 283,3400</b> |
| 30 | 20   | Caixa        | Somalgin Cardio 81mg c/32 comp.   | <b>R\$ 9,5200</b>   |
| 31 | 20   | Caixa        | Somalgin Cardio 100 mg, caixa com 32 cp   | <b>R\$ 14,7100</b>  |
| 32 | 30   | Frasco       | Symbicort 12/400mcg, frasco com 60 doses  | <b>R\$ 119,5200</b> |
| 33 | 100  | Caixa        | Sulpirida 50mg, caixa com 20cp (Equilid)  | <b>R\$ 10,9800</b>  |
| 34 | 500  | Comprimido   | Topiramato 100mg  | <b>R\$ 2,3475</b>   |
| 35 | 20   | Caixa        | Utrogestan (Progesterona) 100mg c/30cp (genérico ou similar equivalente)                    | <b>R\$ 46,5600</b>  |
| 36 | 15   | Caixa        | Vytorin 10/20mg c/28cp (genérico ou similar)  | <b>R\$ 105,4800</b> |
| 37 | 15   | Caixa        | Vytorin 10/40mg c/28cp (genérico ou similar)  | <b>R\$ 184,7800</b> |
| 38 | 30   | Caixa        | Venvanse, 30mg, cx com 28cp   | <b>R\$ 282,7400</b> |
| 39 | 30   | Caixa        | Venvanse, 50mg, cx com 28cp   | <b>R\$ 342,8600</b> |
| 40 | 20   | Caixa        | Venvanse, 70mg, cx com 28cp   | <b>R\$ 342,8600</b> |





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**7.1.** Estima-se preliminarmente para a contratação almejada o valor total de **R\$ 290.554,06 (duzentos e noventa mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos)**.

**7.2.** O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em pesquisas utilizando a Tabela CMED de forma exclusiva para a definição da estimativa se torna coerente visto que este o valor identificado na referida tabela trata do "teto de preço para compra dos medicamentos inseridos na lista de produtos sujeitos ao CAP (Comunicado nº 6, de 5 de setembro de 2013) ou ainda de qualquer medicamento adquirido por força de decisão judicial", conforme determina a Resolução CMED nº 3/2011.

**7.2.1.** Diante da pesquisa realizada, utilizou-se como referência a publicação mais recente da Tabela CMED (publicada em 16/04/2023), sendo averiguado todos os preços praticados conforme o valor regulado pela Tabela CMED - ICMS 17% em todos os itens solicitados e conforme a Resolução Nº 5, de 21 de dezembro de 2020, o CAP é de 21,53%.

**7.3.** Os preços unitários apresentados para os itens 1, 2, 7, 8, 10, 13, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 34 e 35, onde deverá Aplicar CAP (Coeficiente de Adequação de Preços) **são somente estimativas de preços**, já que os mesmos tem valores variáveis por ter mais de um fabricante, somente será possível de saber o valor que podemos pagar, após abertura das propostas de preços, com exceção dos demais itens que os valores já são com PMVG - Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) que é o resultado da aplicação do CAP (21,53%) em cima do Preço de Fábrica (PF), porém, se a porcentagem do CAP ou a Tabela da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) alterar, todos os valores acima apresentados serão alterados.

**7.4.** Poderão ser efetuadas diligências para verificação de conformidade do produto entregue, sempre que necessário, em qualquer fase da execução da Ata de Registro de Preços, para a obtenção de dados sobre a qualidade, a composição, e outras informações relevantes. O Município comunicará a contratada e encaminhará o medicamento para laboratório devidamente credenciado para tal fim, ficando a despesa de análise dos medicamentos por conta da contratada.

## 8. OS REQUISITOS DA PROPOSTA

**8.1.** Juntamente com o envio da proposta readequada, a empresa vencedora deverá enviar o número completo do registro do medicamento na ANVISA dos itens que foi vencedora, que é composto por 13 dígitos, o primeiro dígito à classificação do produto, demais dígitos constantes no número de registro, se referem à Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE (quatro





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

primeiros dígitos), ao produto (quatro próximos dígitos), à apresentação do produto (três próximos dígitos) e ao código verificador (último número), emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade.

Exemplo: Apresentação

↓  
[1.2700].{0002}.(001-9)  
↑     ↑  
AFE   Produto

**8.1.2.** Para os medicamentos que estiverem com o certificado de registro vencido, o proponente deve apresentar o registro vencido, juntamente com o protocolo solicitando a revalidação do registro, desde que requerido no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, conforme artigo 12 do § 6º da Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976.

**8.1.3.** Caso o medicamento cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, o proponente deve apresentar cópia do ato que isenta o medicamento de registro;

**8.2.** Preços unitários e preço total dos medicamentos, em moeda nacional, permitido até 4 (quatro) casas decimais após a vírgula para o valor unitário, sendo que no valor total do item será considerado apenas 2 (duas) casas decimais, qual deverá ser indicado em algarismos, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por item.

**8.3.** Devem estar inclusos nos preços ofertados além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

## 9. DA ANÁLISE DAS DOCUMENTAÇÕES

**9.1.** A Pregoeira encaminhará à Superintendência de Assistência Farmacêutica, da Secretaria Municipal da Saúde, planilha contendo a relação dos medicamentos, nome das empresas participantes melhores classificadas, número de registro, marca cotada, demais documentos de qualificação técnica, objetivando à análise dos registros.

**9.2.** A apresentação das documentações em desacordo com este termo, implicará na automática reprovação do item.

**9.3.** As documentação serão analisadas pela servidora Camila Silva Conti, farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, a qual observará as especificações descritas para cada medicamento. As documentações que não atenderem as especificações, serão reprovadas.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**9.3.1.** Após a análise das documentações a Superintendência de Assistência Farmacêutica emitirá Laudo de Avaliação.

## **10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.1.** Alvará Sanitário do licitante, emitido pelo órgão sanitário do estado ou do município em que o licitante se localize, dentro do prazo de validade;

**10.1.1.** Autorização de funcionamento da empresa licitante, correspondente ao objeto, emitida pelo Ministério da Saúde, nos termos do artigo 2º da Lei 6.360 de 23/09/76, válida na data limite de apresentação da documentação prevista neste termo “A autorização é estendida à filial nos casos de concessão de AFE para empresas que trabalham com cosméticos e saneantes, mas não para empresas que trabalham com produtos para a saúde (por entendimento da Diretoria Colegiada da Anvisa, baseado em interpretação da Lei nº 9.782/1999). A Diretoria Colegiada da Anvisa (Dicol) decidiu, em reunião realizada em 22/02/2010, que empresas de produtos para a saúde devem possuir AFE para cada estabelecimento”.

**10.1.2.** Não poderão ser aceitos protocolos ou outros documentos, senão os supracitados, exceto para mudança de endereço e/ou do responsável técnico;

## **11. DA EMBALAGEM DOS PRODUTOS**

**11.1.** Acondicionamento dos medicamentos: Todos os medicamentos deveram ser entregues em suas embalagens originais e invioladas, onde contenha dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e número de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o registro no Ministério da Saúde é dispensado para aqueles em que não há obrigatoriedade.

## **12. DA EXCLUSIVIDADE DAS MES E EPPS**

**12.1.** Justifica-se a não realização DE EXCLUSIVIDADE e DE COTAS RESERVADAS no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de, não ser vantajoso para a Administração Pública ou representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Já que a grande maioria das empresas que oferecem no mercado esses produtos, não são ME/EPP.

Dessa maneira, haveria restrição à participação de fabricantes, de distribuidores e de empresas do ramo, prevalecendo-se as ME/EPP. Se a Administração limitar a presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver fracassado a maioria dos itens ou mesmo o certame.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Atílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

Observa que, nos processos licitatórios dos anos anteriores, promovidos por este Município para a referida finalidade, na grande maioria houve em média a participação de apenas 01 (uma) a 02 (duas) empresas em cada um dos processos, com participação em pouquíssimos itens

Sendo assim, não se aplica o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (art. 49, inc. III). Mesmo assim, a Lei Complementar nº 123/2006 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”.

É importante avaliar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”.

Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte, poderá representar prejuízos com a repetição de um outro certame pelo fracasso do processo ou da maioria dos itens. **Prejuízos não serão somente financeiros, pois a licitação em questão se refere a aquisição de medicamentos, que são de extrema necessidade a população, medicamentos estes fornecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde, que deles necessitam, distribuídos nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, bem como, são utilizados em atendimentos de Urgência e Emergência.**

Sendo assim, a não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

**12.2.** O fato de não ser exclusivo para Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP/MEI), não impede sua participação neste item, ainda, o mesmo contempla os benefícios da regularidade fiscal e o empate ficto, para as empresas enquadradas nesta condição.

**12.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão comprovar seu enquadramento e condição, por meio de declaração específica.

**12.4.** A falta de comprovação do enquadramento, exclui as MEs e EPPs dos benefícios das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014;

### 13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

### 13.1. Do recebimento do objeto

**13.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**13.1.2.** O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**13.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**13.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**13.1.5.** No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da aquisição do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**13.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na entrega do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**13.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 13.2. Da liquidação

**13.2.1.** Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação.







ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**13.2.2.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**13.2.3.** Os valores para faturamento serão os valores negociados após efetivação dos lances pela proponente vencedora.

**13.2.4.** A fatura/nota fiscal deverá ser emitida, em nome do Fundo Municipal de saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 12.092.636/0001-90.

**13.2.5.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, a título exemplificativo:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**g) observar as regras de retenção de Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto Municipal nº 3.242/2023. Os documentos emitidos em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.**

**13.2.6.** Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

**13.2.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**13.2.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:

I - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

III - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - A regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**13.2.9.** A Administração deverá verificar:

a) validade das Certidões Negativas de Débitos elencadas no parágrafo anterior;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

c) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**13.2.10.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**13.2.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.2.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**13.2.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**13.3. Do prazo de pagamento**

**13.3.1.** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, sendo identificada e efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

**13.4. Forma de pagamento**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**13.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**13.4.2.** A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

**13.4.3.** A nota fiscal deverá vir obrigatoriamente com o valor de retenção de imposto de renda destacado, conforme Decreto Municipal nº 3242/2023 e IN 002/2023/SMF;

**13.4.4.** Os fornecedores isentos de retenção de imposto de renda deverão encaminhar a Nota Fiscal acompanhada da declaração de isenção, conforme estabelecido no ANEXO II, da IN 002/2023/SMF;

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1.** Entregar o objeto licitado em prazo não superior ao máximo estipulado no Termo de Referência. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas no edital;

**14.2.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos medicamentos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

**14.3.** Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos medicamentos;

**14.4.** Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato;

**14.5.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça;

**14.6.** Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da ata;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**14.7.** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça;

**14.8.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Palhoça ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

### **15.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.1.** Solicitar os medicamentos à CONTRATADA com Ordem de Compra que esteja previamente empenhada;

**15.2.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a aquisição dos bens objeto deste Contrato através de preposto devidamente designado;

**15.3.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

**15.4.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais anormalidades ou irregularidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para correção das falhas;

**15.5.** Repassar à empresa, mediante apresentação da Nota Fiscal emitida pela mesma, os recursos previstos no presente instrumento;

**15.6.** Realizar o pagamento dos valores em até 30 dias após o recebimento efetivo da fatura/nota fiscal;

**15.7.** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

**15.8.** Rejeitar, em todo ou em parte, os medicamentos entregues fora das especificações contidas neste Termo de Referência;

**15.9.** Fornecer a contratada todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

**15.10.** Manter arquivada, junto ao processo administrativo, toda a documentação a este pertinente.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

## 16.DO FORNECIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**16.1.** O fornecimento será a partir do recebimento efetivo da Ordem de Compra empenhada, expedida pela Secretaria de Saúde, se dará de forma parcelada de acordo com as quantidades solicitadas e deverá ser efetuada junto ao setor solicitante;

**16.2.** O prazo de entrega dos medicamentos será de no máximo, 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Compra, pelo licitante vencedor;

**16.3.** Os medicamentos serão entregues no Almoxarifado de Medicamentos, sito na Rua João Born, 1.830 – Centro – Palhoça/SC.

**16.4.** Os medicamentos deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação.

**16.5.** A entrega do objeto licitado deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome do objeto, quantidade fornecida, valor unitário até 4 (quatro) casas decimais e valor total do item até 2 (duas) casa decimais. As informações deverão estar dispostas lado a lado, de modo a viabilizar a conferência;

**16.6.** Os objetos desta contratação devem ser entregues em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo;

**16.7.** Sempre que houver impossibilidade de atendimento com a marca do medicamento contemplado no contrato, (exceto aquele com a marca determinada através da ação judicial), caberá a empresa fornecedora comunicar imediatamente a Secretaria solicitante e oferecer marcas alternativas, por escrito, ficando a critério da Secretaria de Saúde aceitar ou não a substituição;

**16.8.** Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao **Setor de Licitações e Compras da Secretaria Municipal de Saúde** solicitação de prorrogação de prazo de entrega, do qual deverá constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega. **Maiores informações pelo fone: 48 3047-5556;**

**16.8.1.** A comprovação de que trata o item anterior deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

**16.9.** A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria Municipal de Saúde na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida;

**16.10.** Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a empresa vencedora ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

## **17. PROVIDÊNCIAS PARA A GESTÃO DO CONTRATO/ATA**

**17.1.** Para esta solução não há necessidade de providências ou serviços adicionais a serem adotadas para que a contratação surta seus efeitos e cumpra com a finalidade pretendida.

**17.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**17.3.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

**a)** o fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

**b)** identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**c)** o fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**d)** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

**e)** o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**17.4.** A fiscalização da prestação do objeto deste Contrato será exercida por um servidor





ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Afílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC. – CEP: 88 132-149  
CNPJ: 12.092.636/0001-90

representante da Contratante, qual seja, a Sr<sup>a</sup>. Camila Silva Conti, Superintendente de Assistência Farmacêutica, neste ato denominado(a) Fiscal do respectivo Contrato ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça.

**17.5.** Demais cláusulas de gestão do contrato encontram-se pormenorizada na Ata.

## **18. VIGÊNCIA**

**18.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, em consonância com o artigo 84 da Lei 14.133/2021, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Palhoça, 25 de abril de 2024.

**Sandra Ribeiro de Abreu**  
**Secretária Municipal de Saúde**